

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.590 - RJ (2018/0277019-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **SUELY AMELIA BECK**
ADVOGADO : **TARCÍSIO MARTYR CORRÊA - RJ005335**
EMBARGADO : **INFORMICRO SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**
ADVOGADO : **CARLOS MAGNO RAMOS FIUZA - RJ162093**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUELY AMÉLIA BECK à decisão que deu provimento ao recurso especial da parte adversa para considerar inadequada a interposição de recurso de apelação contra a sentença que não extingue a execução (e-STJ fls. 501/504).

A embargante alega a existência do vício de contradição, porquanto a sentença, ao considerar que não era credora de título judicial, extinguiu o processo de execução em sua totalidade e não parcialmente como entendeu a decisão embargada.

Ao final, pugna pelo acolhimento do presente recurso.

A parte embargada ofereceu impugnação (e-STJ fls. 510/516).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Consoante o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração configuram recurso de fundamentação vinculada, sendo cabíveis para (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz, de ofício ou a requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

No caso, a decisão embargada consignou que o recurso cabível contra a decisão que não extingue o cumprimento de sentença é o agravo de instrumento e não a apelação, não sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade, como entendeu o tribunal de origem, por se tratar de erro grosseiro.

Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator